

Rumos ao Ensino Econômico

Aula de abertura dos cursos de C. Econômicas e de C. Contábeis e Atuariais, no ano de 1947. — João Alves — Prof. das cadeiras de Leg. Tributária e Fiscal e de Estrutura das Organizações Econômicas.

Conforme podemos compreender pela experiência na prática profissional, a finalidade a atingir em escolas de ensino técnico especializado como esta Faculdade, exige que uma aula inaugural de cursos, principalmente na atual conjuntura mundial, não seja mais uma simples preleção de fundo tipicamente literário, como sóe acontecer quase sempre entre nós.

Bem ao contrário, -- deve consistir nalguma coisa mais séria e concreta que focalize com todo realismo a situação presente, não somente nossa, embora esta com maior amplitude, mas também, de modo geral, o que ocorre nos demais agrupamentos humanos em cuja comunhão estamos integrados por afinidades culturais, sociais, políticas e econômicas.

Bem percebemos que, por assim entender, iremos ferir possivelmente, a sensibilidade da maioria dos que comparecem a solenidade como esta, curiosos de ouvir um belo discurso, coisa impossível de acontecer desta vez, visto que o escolhido de agora não dispõe de recursos para tanto.

Nossa é, inteiramente, a responsabilidade da incumbência desta aula de abertura do nosso Curso Universitário, em 1947. Procurâmo-la espontaneamente. E porquê assim o fizemos? —

É o que a seguir procuraremos explicar, esperando ser bem compreendido por todos os que, nesta veneranda Escola de tão glorioso passado, se identificam pelo mesmo ideal de conduzir a Bahia ao posto que lhe deve caber, como uma das unidades expoentes da cultura econômica do Brasil.

O brilhante economista, Prof. Reinaldo Gonçalves, diz que «o economista precisa ser preparado num ambiente de entusiasmo. A sua mentalidade profissional deve ser formada na própria Faculdade para que ele tenha noção integral da responsabilidade de sua profissão».

Em verdade, as escolas destinadas ao ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais, hoje integrado na graduação universitária, na conformidade da legislação vigente, assumem nesta grave passagem da história nacional uma responsabilidade cuja extensão somente o futuro poderá esclarecer em toda a sua plenitude. — É o mister dos que integram o seu professorado tem, por isso, centuplicado o seu encargo porquê lhe cabe imprimir o máximo possível de eficiência ao ensino, afim de estimular vocações para as carreiras de economista e de contabilista, de modo a dar ao País técnicos capazes de contribuir para que se transforme em riqueza útil ao bem estar da coletividade nacional, as reservas econômicas de que nos foi tão pródiga em sua distribuição a sábia natureza.

Na hora que passa, sente-se palpitar nos mōços que deixam os cursos colegiais, o ansēio de estudar, de pesquisar, de investigar, de conhecer nas suas reais finalidades, nas suas justas proporções, os assuntos referentes à economia, às finanças, aos problemas político-administrativos do Brasil.

Há nos mōços uma magnífica predisposição para o conhecimento dos assuntos brasileiros. — É dever de verdadeira brasilidade dos mestres, encorajá-los, incentivá-los como guias mais experimentados, neste patriótico propósito de bem servir à Patria construindo o seu grandioso futuro.

Em tempos não mui distanciados de nós, conhecer e compreender os problemas econômico-administrativos do País, era

um como que privilégio de poucos «homens excepcionais», que tudo sabiam pela leitura de volumes sem conta, cheios de teorias acadêmicas, praticamente inoperantes.

Atualmente, não há mais cabimento em cursos que se destinam à formação de técnicos em economia, em finanças, em contabilidade, a repetição de teorias decoradas, como ao tempo em que o Brasil vivia na doce ilusão de «país de riquezas inexgotáveis», de «possibilidades ilimitadas», e, com isso, e só por afirmá-lo, nada mais era preciso fazer. — «O mestre de hoje precisa deixar o gabinete para entrar em contacto dirêto com a realidade das coisas».

Abandonar a linguagem do convencionalismo para falar com a positividade dos fatos como resultante de pesquisas acuradas e cuidadosamente planeadas. É de toda conveniência, sustentamos, que os môços que se vão iniciar nêsses estudos e também os que vão continuá-los, penetrem nas atividades escolares de cada ano letivo, algo esclarecidos da situação real do País e do mundo de após guerra. Isso lhes dará uma certa predisposição espiritual para melhor compreenderem a inquietação do momento, tão claramente refletida nos constantes desentendimentos entre as nações vencedoras da guerra, para restabelecimento da paz.

O DOMÍNIO ECONÔMICO — RESUMO HISTÓRICO

A história da economia brasileira apresenta características especiais no panorama centro e sul americano. Os variados recursos encontrados nas vastas regiões geo-econômicas facilmente distinguíveis no País, lhe dão uma posição singularmente vantajosa no quadro geral da evolução da conjuntura internacional americana. A guerra recém-terminada veio confirmar isso.

À situação aflitiva com que se defrontaram as nações aliadas, quando de todo lhes foram arrancados os suprimentos coloniais de vastas regiões asiáticas, respondeu resolutamente o Brasil lançando a crédito do grupo bélico a que se aliara,

todo o seu potencial econômico. As riquezas do sólo e do sub-sólo brasileiro com os seus variados recursos em materiais estratégicos; a sua indústria fabril, o seu equipamento de transportes marítimos, terrestres e aéreos, ocupam lugar de grande relêvo no esforço de guerra para derrota do grupo «eixista», chefiado pela Alemanha.

Como era natural, —aceitando por tradicionais compromissos históricos êsses impositivos de um dever lealmente aceito em solenes conclaves inter-americanos, e que representa, na verdade, pesado sacrifício como fator de perturbação da sequência normal do seu progresso entre os países vanguardeiros da civilização continental, tinha o Brasil que ser envolvido pelas consequências futuras decorrentes de semelhante decisão. Muito grande foi, na verdade, êsse sacrifício. Representa, sobretudo, a total mudança dos rumos de um novo ciclo de evolução econômico-comercial que começava a delinear-se na história da economia brasileira.

O aceleração da produção, as imensas construções de tóda natureza para atender à urgência da mobilização bélica o deslocamento e fixação de numerosas forças militares nacionais e estrangeiras na vasta extensão da nossa costa atlântica; tudo isso ocasionou uma brusca mudança do padrão de vida de grande parte da população nacional. Agravando ainda mais a situação em consequência do êxodo de trabalhadores rurais do interior para os misteres da guerra, o abandono da pequena lavoura de que, em grande parte, se abastecem as populações da órla marítima.

Como um destacado reflexo dêsse deslocamento populacional, basta que se mencione a «cruzada da borracha», que levou às plagas amazônicas mais de 50.000 nordestinos. A mineração do cristal de rocha que era transportado através das rotas aéreas para os E. Unidos, afim de ser empregado em instrumentos de guerra ofensiva e defensiva; as cêras e fibras vegetais que, alargando o âmbito de uma indústria extrativa ainda incipiente, determinaram «o prodigioso impulso manufatureiro que converteu em hábil operário, mas também em exi-

gente consumidor, ao trabalhador do centro que, em sua anterior displicência, se bastava a si mesmo».

• Terminada a guerra, o Brasil como todos os países que nela estiveram envolvidos, havia de encontrar-se em face de problemas da mais extensa gravidade, tanto políticos e sociais, como econômicos e financeiros.

Problemas na sua maior extensão mais carecentes da ação ponderada e ordenada do economista e do financista, do que da sabedoria política dos estadistas.

A solução dos problemas fundamentais da economia brasileira, sustentam os mais entendidos nessas questões, depende da agricultura e da pecuária.

Antes de tudo, como consequência lógica do estado de guerra, produzir gêneros alimentícios em quantidade e custo capazes de satisfazer às necessidades do momento. Mas convém não olvidar que uma industrialização agro-pastoril em sentido extensivo, conforme requer a situação presente, não só para atender ao consumo interno do país, como também para cumprirmos os compromissos internacionais assumidos, demanda vastos recursos de ordem técnica e financeira.

O Brasil entre os seus possantes recursos naturais dispõe de considerável potencial de força hidráulica que o coloca entre os países mais bem servidos pela natureza nêsse particular. São mais de 14 milhões de KW., achando-se em exploração somente uma parte de relativa significação. Providências governamentais mui ponderáveis estão atualmente em andamento, tendentes à aplicação desses potentes recursos de energia líquida em atividades produtivas, tanto no sul como no norte do País. Na região nordestina, parece que virá a ser realidade prática em breve o aproveitamento hidro-elétrico do Rio S. Francisco, «destinado a dar vigoroso impulso à agricultura e indústrias afins a sua vasta bacia». Para conseguí-lo, está constituída uma empresa de economia mixta.

Assim, o aproveitamento há tanto tempo reclamado da famosa Cachoeira de Paulo Afonso, irá beneficiar uma vasta região do nordeste.

O DOMÍNIO FINANCEIRO

Inflação — O fenômeno da elevação geral dos preços de tôdas as utilidades, consequência imediata das perturbações de natureza econômica que vimos focalizando, ocasionou o fenômeno inflacionista, que não é somente brasileiro. É dominante em todo o mundo de após guerra, e, convém lembrar de relance, já era bem pronunciado em muitos países desde muito antes, tendo como causa principal o desequilíbrio econômico mundial que se seguiu à conflagração de 1914 a 1918. São múltiplas as suas características especiais em cada país.

No domínio dos preços, é interessante observar que em nosso País, conforme dados estatísticos mais exatos até agora conhecidos, verificou-se, de 1939 a 1945, uma elevação, em média, de 84%, de todos os artigos de consumo.

Nos dois países vizinhos com os quais mantemos mais estreito intercâmbio econômico, Argentina e Uruguai, essa alta não subiu além de 33%. Noutros, porém, ela foi muito mais pronunciada. Na Bolívia, atingiu a 203%, no Equador, a 163%, no Chile, a 130%, no México, a 115%.

Essa tão recriminada e discutida elevação de preços não é, atualmente, um fenômeno somente brasileiro, nem tão pouco uma questão inteiramente resolvível por meio de providências governamentais.

Quase sempre a inflação brasileira tem sido focalizada no seu campo restritamente interno. Os que dela mais se tem ocupado, salvo poucas exceções, evitam enquadrá-la dentro do panorama internacional, afim de medi-la nas suas reais proporções como deve ser vista e compreendida.

A causa predôminante do inflacionismo reinante no País, dizem os nossos mais autorizados financistas, está no volume de papel moeda emitido.

O fato, de modo geral, não merece contestação, embora apresentando modalidades bem discutíveis, mas que escapam à finalidade prática de uma simples aula inicial de curso com o objetivo que antecipamos inicialmente.

Uma grande autoridade internacional no mundo da Ciência Econômica, — o Prof. Edwin Kemmerer, assim define inflação: «um excesso da quantidade de dinheiro e de depósitos bancários, quer dizer, demasiada moeda em relação ao volume físico dos negócios que se realizam. O dinheiro é uma coisa de valor econômico e seu poder aquisitivo se exprime através dos preços».

«Dinheiro barato significa preços altos, e dinheiro caro, preços baixos».

«Existe, portanto, a inflação, contínua êle, quando há demasiada quantidade de dinheiro e depósitos bancários circulantes, isto é, imediatamente mobilisáveis, em relação com o volume de bens e serviços para serem trocados».

Nos E. Unidos, o Prof. Kemmerer, estudando o fenômeno inflacionista em tôda a complexidade dos aspêtos observados, indica, do ponto de vista monetário, as seguintes causas:

- a) — expansão deliberada do dinheiro ou dos depósitos bancários, isto é, «inflação planeada»;
- b) — «inflação fiscal» ou aumento do meio circulante por efeito de «deficits das finanças públicas»;
- c) — aumento nas existências de ouro;
- d) — aumento na velocidade de circulação do dinheiro e dos depósitos bancários.

«Quando se fala da alta dos preços por efeito da pressão das forças de inflação, explica o Prof. Kemmerer, importa observar que o preço de qualquer artigo é a expressão das condições do mercado em referência ao mesmo e também com respeito ao dinheiro em função do qual o preço do mesmo é cotado».

«A diferença entre os preços individuais e o nível geral dos preços, esclarece êle, pôde ser explicada com a imagem

de um lago que tem profundidade muito variável e que, sacudido por uma tempestade, mostra uma superfície bastante irregular, com infinidade de órlas. Um preço individual é a distância da perpendicular traçada de um ponto do fundo à superfície, e o nível geral de preços é essa mesma superfície do lago».

O «*Deficit*» — Durante o período que vai de 1945 a 1946, o numerário em circulação no País subiu de Cr\$ 5.185 milhões para Cr\$ 17.530 milhões. Houve, pois, nesse período, um aumento de lastro papel de Cr\$ 12.354 milhões. Os depósitos bancários à ordem, aumentaram extraordinariamente em relação ao volume da circulação.

Como fator predominante de tal situação, isto é, desse aumento de emissões fiduciárias, apontam-se: a acumulação de «deficits orçamentários» sucessivos e os «saldos da balança comercial», resultantes do excesso de exportação sobre as importações. Esses saldos atingiram, em fins de 1946, a Cr\$ 9.458 milhões.

Anos e anos seguidos, as insuficiências orçamentárias do Brasil, vinham sendo atendidas com emissões de papel moeda.

Houve tempo em que, para remediar essas dificuldades, recorriamos aos prestamistas estrangeiros. Já nos primeiros momentos do nosso alvorecer como Nação independente, em Setembro de 1823, o ministro Manoel Jacintho Nogueira da Gama declarava em côres assombrosas a situação da Fazenda Nacional e da Fazenda Pública das Províncias. Em exposição feita perante a Assembléia Legislativa, sustentava êle que não havia tempo a perder quando se tratava de prover o Tesouro Nacional de modo que se pudesse pôr em prática as operações que fossem julgadas necessárias, muito principalmente na melindrosa situação em que se encontrava o País. «Não tenhamos dúvida em contrair empenhos, dizia êle, quando se trata de salvar a nação brasileira, e firmar sua independência».

Os «*Deficits*» brasileiros acumulados durante anos sucessivos, atingiram em 1945 a Cr\$ 5.669 milhões.

Agora, porém, vamos começando uma salutar reação no sentido de «pôr em ordem a nossa politica orçamentária». A «lei de meios» para 1946, apresentou um «superavit» de Cr\$ 728.358.230,00. Para 1947, indica-se também um saldo positivo de Cr\$ 13.526.277,00.

Por outro lado, é lógico esperar um decréscimo bem acentuado nos saldos do comércio exterior, em consequência da natural normalização do intercâmbio mundial. Caminha-se para o equilíbrio entre as exportações e as importações.

O retôrno do País ao seu normal regime de liberdade ampla, permitiu fossem conhecidos e divulgados fatos da mais alta relevância na vida politica e administrativa nacional. Pôde, assim, vir ao conhecimento da Nação pelas discussões parlamentares da «lei de meios» de 1947, que o «processo para cobertura dos «deficits orçamentários» e de outros compromissos do Tesouro Nacional, eram «apenas lucrativos para o Banco do Brasil e inteiramente desfavoráveis ao Estado». O processo foi classificado de «verdadeira sangria permanente no Tesouro».

Conforme é agora do conhecimento geral, «a cada compromisso a satisfazer, oriundo da politica cambial seguida pelo Govêrno e da compra de ouro, por não poder satisfazê-los com os recursos de receita normal, recorria-se a uma operação de crédito». «Emitiam-se títulos em favor do Banco do Brasil, e este os transferia em operação de desconto à carteira respectiva, a qual, não dispondo de recursos próprios, era suprida pelo Tesouro Nacional que emitia para êsse fim». «Os dados fornecidos pela Superintendência da Moeda e do Crédito, demonstram que os encargos do Tesouro pela efetivação permanente dêsse recurso montava a 400 milhões de cruzeiros, ou seja uma média diária de um milhão e cem mil cruzeiros, de juros».

Bosquejamos, assim, no limite do tempo destinado a um trabalho desta natureza, uma visão panorâmica da realidade

brasileira no seu duplo aspecto econômico e financeiro, ante e após guerra, que julgamos bastante expressiva para indicar aos responsáveis pela orientação educacional dos nossos jovens, sejam os pais, os professores ou os governantes, o dever de criar na mocidade ávida de compreender os grandes problemas da nossa época, o gosto pelos estudos econômicos em geral.

A mocidade que se encaminha para a última fase da graduação educacional, demonstra necessitar de orientação na escolha da profissão em que dedicar o seu esforço e a sua capacidade de trabalho. Procura diretrizes para com maior segurança e acerto cumprir a sua histórica missão de trabalhar para o engrandecimento da Pátria.

Dentre as profissões mais dignas e de maior relêvo praticadas pelos povos mais cultos do mundo, contam-se os economistas e os contabilistas.

Não vai nenhum exagêro em afirmar que estamos vivendo a época do economista. Sabemos que em todos os entendimentos internacionais havidos do começo da última guerra até o presente, marcante vem sendo a colaboração dos técnicos em economia, em finanças, em questões comerciais. Sem esse concurso, nenhum plano militar poderia jamais ser eficiente, por incompleto.

No Brasil, para argumentarmos com o elemento nosso, antes de qualquer providência definitiva destinada a situar a nossa posição entre os beligerantes, foi mister a mobilização do setor econômico. — E os fatos demonstraram a posição desfavorável em que nos debatemos pela escassês de um «equipamento» capaz de pôr em execução prática os recursos do País para tão decisivo pronunciamento. O que se pôde conseguir a muito custo por efeito do reduzido número de economistas de que ainda pôde dispôr o Brasil, foi um mixto de nacionais e estrangeiros,

A falha, em verdade, é ainda, em grande parte, por efeito da nossa formação cultural, de fundo acentuadamente literária.

No mundo atual, impõe-se, ineludivelmente, o realismo econômico como embasamento imprescindível à criação e perpetuação das instituições políticas, sociais e culturais. Fugindo ao império desta palpitante realidade, nenhum povo, neste ou noutros continentes, poderá conseguir fortalecer-se com suficiência bastante para realizar o seu destino dentro da comunhão do mundo civilizado.
